

Prefácio

Maria de Fatima Felix Rosar

Como citar: ROSAR, M. F. F. Prefácio. *In:* NOVAES, H. T.; OKUMURA, J. H. **Introdução à política educacional em tempos de barbárie.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 9-14 DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-189-8.p9-14>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição- NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Prefácio

Os habitantes das periferias das metrópoles, empobrecidos pelo capitalismo e, predominantemente negros, sofrem duplamente os efeitos da opressão, do preconceito e da pandemia, sendo atingidos pela desigualdade estrutural, balas perdidas, ações deliberadas das polícias dedicadas a eliminar “inimigos”, grande parte deles criados em seu imaginário, condicionadas a praticar crimes contra a população indefesa das favelas.

Essa realidade, agravada pela execução da necropolítica pelo governo federal durante a pandemia, precisa ser compreendida, de modo histórico e crítico. Assim, o esforço coletivo dos que se encontram nas universidades, na condição de professores e estudantes, é o de buscar meios para intensificarem o seu trabalho de intelectuais orgânicos comprometidos com as lutas sociais das classes populares e com a construção da democracia socialista.

O Prof. Henrique Tahan Novaes e o Prof. Julio Hideyshi Okumura em ação cooperativa com a Editora Lutas Anticapital têm se dedicado a produzir obras fundamentais para essas lutas. Essa constatação deixa evidente o seu propósito ideológico, político e pedagógico, qual seja: fomentar um debate vigoroso com professores e estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação, fazendo o uso inteligente das armas que dispõem os pensadores críticos. Essas armas referem-se ao processo de construção do pensamento articulado com a realidade, de modo a identificar as possibilidades de enfrentar-se os ataques virulentos desferidos pelo capitalismo, nesses anos de pandemia provocada pelo vírus letal.

Aproveitando-se da necessária e inevitável retração das atividades em todos os setores e, sobretudo, do imperativo do isolamento social, que obrigou a implantação do ensino remoto em todos os níveis, o governo federal materializa, mediante a ação dos agentes do Estado capitalista, uma

<https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-189-8.p9-14>

sucção ainda mais violenta da resistência das classes populares, ampliando o desemprego, a miséria e o desalento, ao mesmo tempo que se locupleta dos recursos públicos, produzindo a antipolítica nas áreas da saúde, educação, segurança e proteção social e meio-ambiente, além da política macroeconômica, sintonizada com o mainstream que privilegia o rentismo, do qual se desdobram as ações de negação das políticas concernentes aos direitos sociais.

Este livro – *Introdução à política educacional em tempos de barbárie* - oportuniza aos leitores uma imersão na história da educação brasileira articulada com o movimento da constituição do capitalismo no Brasil, bem como da instituição do regime republicano pelo qual se definiu o país como uma república federativa integrada pelos entes federados: União, Estados e Municípios. Destaca, como fez Florestan Fernandes, a característica fundamental da burguesia antinacional e antipopular que emerge da condição histórica dada, como enfatizam os autores, na página 9. “Acreditamos que para compreender a política educacional brasileira é preciso compreender evidentemente as particularidades do capitalismo: a) capitalismo dependente, b) matriz colonial-escravocrata, c) autocracia, d) contrarrevolução permanente”.

Para que se torne cognoscível essa realidade histórica, tão complexa como adversa, do ponto de vista das classes populares, Novaes e Okumura fazem uma opção teórico-metodológica que se explicita tanto pelas referências adotadas, a partir de sociólogos reconhecidamente marxistas, Fernandes e Ianni, que renovaram o campo da sociologia no Brasil, como também pelas categorias de análise apreendidas no processo de desenvolvimento do capitalismo no país. Assim, de modo orgânico, ao configurarem conteúdo e forma dos capítulos contidos neste livro, fazem destaque à questão agrária, claro, porque a terra da qual se apropriaram os invasores portugueses, foi expropriada dos povos originários, razão pela qual permanece, até o presente, insolúvel a posse dos territórios habitados pelos indígenas e quilombolas.

Ora, essa herança maldita do processo de colonização do Brasil mostra-se ampliada, na segunda década do século XXI, pela ação do governo federal que não somente nega a propriedade da terra aos seus verdadeiros proprietários, como incentiva o agronegócio, representado pelos latifundiários e exploradores clandestinos de áreas indígenas e quilombolas, a extrair ilegalmente madeira retirada de árvores seculares, na região Amazônica, além de estimular o garimpo predatório em terras de tribos centenárias. Sabe-se que essas ações nefastas não ocorrem sem resistência dessa população violentada, sistematicamente, que, no entanto, conta com o apoio de organizações nacionais e internacionais que lutam em defesa desses povos e de seus territórios.

Também compõem esse bloco de resistência os pesquisadores e educadores militantes envolvidos com a concepção e a prática de outras formas de agricultura conscientes e saudáveis, a partir da agroecologia cultivada principalmente nos assentamentos do MST e nas áreas em que se encontram agricultores dedicados à agricultura familiar, numa perspectiva de trabalho coletivo e associado em cooperativas. Por essa razão, ao tratar da questão agrária, os autores articulam a questão educacional, indicando a perspectiva de superação dos limites de escolarização dessas comunidades, uma vez que o Estado brasileiro permanece negando a educação de qualidade, gratuita e laica aos trabalhadores do campo e das periferias das grandes metrópoles.

A partir desse modo de apreensão da realidade, tomando os fundamentos do capitalismo como ponto de partida, para desvelar a dialética entre a escola destinada à elite e a escola destinada aos trabalhadores empobrecidos, os autores apresentam a luta encetada pelos educadores, desde a década de 30, depois seguidamente na década de 50 e nas que se sucederam no século XX, e também no século XXI, destacando a efetiva luta liderada pelo intelectual orgânico da classe trabalhadora, professor, pesquisador e político, Florestan Fernandes, que imprimiu em suas obras e na sua militância

diária as marcas de um pensador revolucionário, ainda que esse perfil tenha resultado de uma construção histórica iniciada nos marcos da sociologia institucionalizada na academia, com Durkheim e Weber, e depois superada com a elaboração do pensamento marxiano.

Tendo sua vida abreviada, Florestan Fernandes nos deixou um legado de valor incomensurável, o qual os autores buscam assimilar e socializar, ao tempo em que elaboram os capítulos, destacando reflexões fundamentais de suas obras. São evidentes as contribuições de Fernandes no capítulo em que é tratado o período da ditadura empresarial-militar e depois quando se realiza a luta pela elaboração da Constituição de 1988. São identificadas as suas conexões com o próprio modo pelo qual vai se estabelecendo no Brasil um processo de subordinação, cada vez mais profunda, ao sistema mundial do capital, com sua face ora “aparentemente” favorável à democratização dos direitos fundamentais dos trabalhadores, como ocorreu, ainda que de modo relativo, durante os governos denominados de “democrático-populares”, ora como ocorre na atualidade, com a crueldade explícita do sistema no qual predomina a hegemonia do capital financeiro. Esse sistema não tem nenhum compromisso com a sustentabilidade do meio ambiente e nem mesmo com a condição de sobrevivência das populações periféricas e do campo, portanto, destaca-se o quadro real de um país em que, historicamente, o capital não remunera o trabalhador, em níveis que garantam a reprodução da própria força de trabalho, dada a oferta ilimitada de braços garantida pela concentração fundiária secular.

Diante desse contexto, em que os autores deixam às claras as entranhas do país, destaca-se a urgência de ações para incentivar e contribuir, de forma decisiva, com a formação de novas gerações de educadores militantes, dispostos a compreenderem a realidade e elaborarem em profundidade o pensamento histórico e crítico, no qual se integra a práxis revolucionária. Aliadas à essa práxis, é preciso conceber a esperança e a determinação de se construir, coletivamente, novas perspectivas para a educação das classes

populares e sua formação em nível médio e superior, capaz de erradicar o misticismo reacionário amplamente disseminado pelos segmentos alinhados ao obscurantismo e aos elementos de caráter totalitário. Por essa razão, a realidade exige uma necessária e contundente contraposição a ser materializada pelo desenvolvimento da ciência, da cultura e da arte, a partir de uma concepção integral dos seres humanos em suas possibilidades de transformação pessoal e social, no curso das lutas sociais anticapitalistas em direção ao socialismo.

Este livro é, sem dúvida, um instrumento que poderá ser utilizado nos cursos de formação de novas gerações de jovens profissionais da educação, contribuindo, de fato, para o fortalecimento da compreensão do sentido histórico dessas lutas e da urgência em realizá-las em defesa da vida e do resgate da humanidade para um projeto de outro futuro possível, em que a natureza e a produção social, em seu conjunto, sejam bens compartilhados entre todos os seres humanos que habitam a Terra.

Maria de Fatima Felix Rosar

São Luís (MA), 22 de junho de 2021

